



3.ª Reunião (Ordinária) da Assembleia de Freguesia do Lumiar do quadriénio 2025-2029

21/04/2026

Ata da Assembleia de Freguesia

No dia vinte e um de abril de dois mil e vinte e seis, reuniu a Assembleia de Freguesia na sede da Junta de Freguesia do Lumiar, na Alameda das Linhas de Torres, 156. A sessão iniciou-se pelas 19h00, em regime presencial, com transmissão em direto através dos canais de comunicação digital da Junta de Freguesia do Lumiar.

Presidente

João Pulido Pereira Freire de Andrade (CDS/PP)

1.º Secretário

Guilherme Gonçalves Sá Machado Duarte (PSD)

2.ª Secretária

Lúcia de Fátima Viveiros Carvalho Silva Amaral da Piedade (IL)

A ordem de trabalhos foi a seguinte:

A. Período Antes da Ordem do Dia

1. Aprovação de atas;
2. Moções, recomendações e votos;

B. Período Aberto ao Público

C. Ordem do Dia

1. Informação escrita do Presidente – 1.º trimestre 2026;
2. Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação;
3. Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas de 2025;
4. Apreciação e votação da 1.ª Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2026 (PPI e PPA) e das Normas de Execução orçamental;
5. Relatório sobre o estatuto do Direito de oposição;
6. Apreciação e votação de doação a Junta de freguesia, no âmbito dos benefícios fiscais relativos ao mecenato, por parte dos professores da UTIL;
7. Aprovação da autorização genérica para cedência de bens perecíveis à Junta de Freguesia do Lumiar.-----

Presidente da Assembleia de Freguesia refere que a presente sessão constitui a terceira reunião ordinária da Assembleia de Freguesia do Lumiar do quadriénio 2025-2029, e indica as seguintes substituições: **Nuno Gonçalves** substitui **Maria Madalena Pestana de Vasconcelos (CDS-PP)**; **Rita Paixão Nunes da Fonseca** substitui **Francisco Pedro Santos Miranda Ferreira (LIVRE)**; e **Ricardo Pais** substitui **Nelson Rocha (BE)**. -----

Presidente da Assembleia de Freguesia informa que foi recebida carta da eleita **Maria de Fátima Correia de Paiva Caçador Ferreira (PS)**, comunicando a renúncia ao mandato, pelo que a pessoa seguinte na lista do PS toma posse. Solicita a **Helena dos Santos Graça Ferreira** que se dirija ao púlpito, e que proceda à declaração de tomada de posse. -----

Helena dos Santos Graça Ferreira presta o juramento: "*Juro por minha honra desempenhar fielmente as funções em que fôco investida.*" O Presidente da Assembleia de Freguesia dá-lhe as boas-

vindas à Assembleia de Freguesia do Lumiar. -----

Presidente da Assembleia de Freguesia menciona que o Executivo solicitou a inclusão de um ponto adicional na ordem de trabalhos: o **Regulamento da Unidade Local de Proteção Civil** da Freguesia Do Lumiar, a constituir o Ponto N.º 8, salientando que, por não ter sido apresentado dentro dos prazos normais, coloca a admissão deste ponto à votação da assembleia. -----

Francisco Benitez (IL) informa que não recebeu o documento mencionado. -----

Presidente da Junta de Freguesia refere que enviou no fim de semana anterior o pedido de inclusão deste ponto adicional, juntamente com a disponibilidade para reunir ao abrigo do direito da oposição, reconhecendo que nem todos os membros terão recebido o referido e-mail, embora três forças políticas tenham dado resposta. Declara que o regulamento esteve em consulta pública sem que houvesse contributos, mantendo-se igual à publicação em Diário da República. Solicita que o ponto seja admitido e votado para que a Unidade Local De Proteção Civil passe a funcionar em pleno. -----

João Condesso (CH) menciona que, consultando o e-mail relativo à disponibilização para reunião de direito à oposição, o documento se encontrava em anexo, mas que deveria ter sido incluído juntamente com os restantes documentos da assembleia.

Presidente da Assembleia de Freguesia lamenta o sucedido, mas refere que a assembleia é soberana, e que cabe a esta decidir sobre a admissão do ponto. -----

A admissão do ponto oito é colocada à votação.

Votos contra: **0**;

Abstencões: **1** – CH (1);

Votos a favor: **18**;

Aprovada por maioria. -----

Presidente da Assembleia de Freguesia informa ainda que a ata da sessão anterior não foi elaborada, tendo tido conhecimento desse facto apenas no próprio dia, pedindo desculpa

à assembleia. Indica que na próxima sessão serão votadas duas atas: a da segunda sessão e a da presente terceira sessão. -----

João Taborda (PS) solicita a palavra para um ponto de ordem, referindo as seguintes situações: no Voto de Saudação N.º 4 ao 25 de Abril e à Democracia, onde se lê "51.º aniversário" deve ler-se "52.º aniversário"; a Moção N.º 3 e a Recomendação N.º 2 da IL apresentam logótipo e rodapé da Assembleia de Freguesia da Ajuda; a Moção N.º 7 do Livre constitui, na sua opinião, um Voto de Saudação e não uma Moção, sugerindo a respetiva reclassificação. Informa ainda que o Voto de Condenação N.º 1 do CDS não tem correspondência no regimento da assembleia, que prevê apenas requerimentos, propostas, moções, recomendações e votos de louvor, saudação, protesto e pesar, sugerindo que seja alterado ou retirado. -----

Presidente da Assembleia de Freguesia agradece as observações e acrescenta que, em todas as propostas do Livre, consta a menção "*a eleita do Livre na Assembleia de Freguesia do Lumiar, Rita Paixão*", esclarecendo que Rita Paixão se encontra em substituição e não na qualidade de eleita, embora disponha de todos os direitos para participar na assembleia, solicitando a retificação dos documentos apresentados pelo Livre. -----

Presidente da Assembleia de Freguesia solicita à bancada CDS-PP indicação sobre como pretende proceder relativamente ao voto de condenação, e face ao tempo disponível, propõe que as forças partidárias ignorem o logótipo da Assembleia de Freguesia da Ajuda nos documentos da IL, por considerar tal irrelevante para o efeito. Procede à abertura dos discursos, perguntando quem pretende apresentar ou comentar as propostas. -----

PAOD (Período Antes da Ordem do Dia) -----

Francisco Benitez (IL) saúda os presentes e indica o sentido de voto da IL para as diversas propostas. Abordagem à Moção N.º 1 do PSD sobre o Metropolitano de Lisboa, declara que a moção defende o que a IL subscreve como a melhor solução para a população do Lumiar, a linha em laço, anunciando voto favorável. Abordagem à Moção N.º 3, relativa à atribuição

de apoios com base em indicadores de desempenho, considera que os apoios a associações são difíceis de objetivar, existindo critérios difíceis de medir, muitas vezes com raciais de atribuição históricos, onde a eficácia do apoio é difícil de avaliar. Declara que importa apoiar e saber se cada euro gasto está a gerar valor real para a comunidade, e que é preciso medir para decidir melhor e apoiar de forma certa. Entende que isto constitui um grande desafio para qualquer Executivo de Junta. Defende que todos os apoios devem responder a metas concretas e mensuráveis, divulgadas no site da Junta, com avaliações posteriores. Abordagem à Moção N.º5 do Livre, relativa à criação de uma comissão permanente de higiene urbana, considera que tal constitui uma ingerência direta no mandato do executivo, anunciando voto contra. Abordagem à Moção N.º7 do Livre, declara subscrever as alíneas A, B e C, mas não a alínea D, que saúda especificamente a Associação 25 de Abril, recordando que esta associação impediu a IL de desfilar na Avenida da Liberdade no primeiro ano de existência do partido, considerando uma grande ironia, anunciando abstenção nessa alínea. Abordagem à Moção N.º8 relativa ao Mega Craque, refere que o ginásio do Alto da Faia em Telheiras foi encerrado em abril de 2022, na sequência de uma disputa judicial com a Câmara Municipal de Lisboa, defendendo uma concessão a privados sem custos para o erário público, com mensalidades especiais para residentes. Abordagem à Recomendação N.º 1, embora defenda esta solução, considera a recomendação excessivamente prescritiva e constitutiva de uma instrução de gestão ao executivo, votando contra. Abordagem à Recomendação N.º 2 relativa ao estacionamento no mercado do Lumiar, descreve a ocupação abusiva do parque por veículos em trânsito pendular, agravada pela reabertura iminente do mercado, e recomenda que a junta contacte a Câmara Municipal para encontrar soluções urgentes. Abordagem à Recomendação N.º 3 relativa ao padel, pretende que o executivo volte a este tema junto à Câmara Municipal de Lisboa. Declara que a população do Lumiar pratica cada vez mais a modalidade, e vê-se continuamente obrigada a procurar soluções fora da freguesia. Considera como da maior importância e num prazo razoável, mas rápido, que a Câmara Municipal de Lisboa crie condições para lançar um procedimento concursal que avalie o interesse de operadores privados e a investir no espaço camarário adequado da freguesia, de modo a instalar e explorar uma infraestrutura de padel economicamente viável. Entende que isto permite dotar o Lumiar desta oferta desportiva para milhares de residentes, e não implica recurso a investimento público, permitindo condições vantajosas para os residentes. No âmbito da requalificação de atratividade da zona do Lumiar centro, considera a disponibilidade do espaço situado entre a rua Luís de Freitas Branco e a Avenida Padre Cruz um local de eleição, inserido numa dinâmica que passa pela zona do mercado, pela Praça

Verde e da futura zona de lazer Manuel Valadares. Termina e agradece. -----

Nuno Gonçalves (CDS/PP) intervém para indicar que o partido propõe alterar a designação do voto de condenação para "voto de protesto". -----

João Condesso (CH) saúda os presentes e indica o sentido de voto do partido. Abordagem à Moção N.º1 do PSD, declara que o Chega defende a linha em laço, e que a inexistência de transbordos é fundamental para evitar o aumento do tráfego automóvel. Abordagem à Moção N.º2 da CDU, concorda com a intenção de saudar a Constituição, mas não com o conteúdo, considerando existir uma visão ideológica e confrontacional, com enfoque excessivo nos direitos e ausência de referência aos deveres cívicos. Abordagem à Moção N.º3 da IL, relativa aos indicadores de desempenho, defende uma gestão mais rigorosa dos apoios, mas considera que a proposta se cinge excessivamente a critérios numéricos, informando que existem projetos que não são comparáveis, tampouco o seu impacto, e que por estes motivos, não acompanha a proposta. Abordagem à Moção N.º 4, sobre o estacionamento indevido e proteção do espaço público no Lumiar, questiona se o executivo já instaurou um plano de estacionamento para os dias de jogos do Sporting, ao nível do contacto com várias entidades como a PSP, a Câmara, da própria Junta, e o próprio Sporting. Sugere que, tendo 50 000 espetadores, e havendo a necessidade de estacionar cerca de 10 000 carros, existe necessidade de encaminhar os espetadores para os parques alternativos na zona, em detrimento do estacionamento de rua, e que os incumprimentos neste estacionamento abusivo ou indevido deve ser fiscalizado e multado se assim o considerar. -----

Presidente da Assembleia de Freguesia alerta João Condesso de que, havendo 21 propostas, não será possível comentar todas as alíneas sem que a sessão se prolongue em excesso. -----

João Condesso (CH) retoma e acrescenta que a natação seria uma oferta desportiva de maior valor, e que a principal lacuna da freguesia é a inexistência de uma piscina pública. Declara que deve ser a população a pronunciar-se sobre o que pretende ao nível das instalações desportivas para a freguesia, à semelhança do que aconteceu na Rua Manuel Valadares. Afirma que concorda com a moção sobre o mercado, mas questiona o se irá fazer com a rouloute. Abordagem ao Voto de Saudação ao 1.º de Maio do Bloco de Esquerda,

declara não poder acompanhar a proposta por manter um espírito confrontacional entre empregadores e trabalhadores. Abordagem ao Voto de Saudação ao 25 de Abril do Bloco de Esquerda, questiona a referência à língua de Amílcar Cabral, que poderia ser outra figura de referência, e discorda da caracterização do Estado Novo como regime fascista. -----

Pedro Domingues (PS) saúda os presentes, e sugere que a mesa reflita sobre a eventual introdução de limites de tempo nas intervenções. Declara que o Partido Socialista apresenta documentos que considera essenciais num momento próximo de duas datas fundamentais: o 25 de Abril, que significou o regresso à liberdade e a consagração das liberdades de expressão e de associação, da dignidade da pessoa humana e dos direitos à igualdade, à segurança, à participação política, à educação, à saúde, à habitação e ao trabalho; e o 1.º de Maio de 1974, que marcou o início da construção de um país com organizações sindicais e concertação social. Informa que o PS saúda também o Presidente da República pela sua eleição, esperando que a assembleia se associe a esse cumprimento, e endereça condolências às famílias de Mário Zambujal, António Lobo Antunes e Madalena Braz Teixeira. Declara que os eleitos do PS se associam à defesa da linha em laço, anunciando voto favorável à Recomendação Nº 1 e à Moção n.º 1. O PS associa-se à Moção Nº 2 da CDU, sugerindo que passe a Voto de Saudação. Abordagem ao Moção Nº3 da IL, indicando que a sua intervenção de tema como declaração de voto, cita-se: *O PS defenderá, como é sobejamente conhecido, sempre a boa gestão de fundos públicos, inclusivamente o estabelecimento de metas e objetivos como fundamental para assegurar equidade na atribuição dos apoios, não sendo, no entanto, o único indicador. E embora reconhecendo o mérito e a boa intenção deste documento, é importante sublinhar isto, embora os impactos diretos e por vezes indiretos e sejam possíveis de aferir, muitas vezes existem impactos induzidos que não se conseguem contabilizar. Além destes, muitas associações no terreno têm impactos sociais e humanos incomensuráveis, que devem ser salvaguardados e numa lógica de gestão que, embora rigorosa, se quer também humana e solidária. Por este motivo, o Partido Socialista irá abster-se, servindo este excerto de intervenção como declaração de voto.* Sobre o estacionamento, o PS considera-o um flagelo em freguesias com forte componente residencial, e associa-se à Moção Nº4 do Livre. Anuncia voto favorável à Moção Nº5 do Livre sobre a comissão de higiene urbana. Anuncia voto favorável à Moção Nº6 sobre pagamentos em atraso, considerando um flagelo que afeta a sustentabilidade de organizações e associações, que muitas vezes condiciona a viabilidade das iniciativas presentes e futuras. Declara que a incapacidade da Câmara em cumprir prazos de abertura e fecho de candidaturas, bem como a transferência de verbas contratualizadas, é uma fonte de precariedade, nomeadamente para muitos trabalhadores destas estruturas. Considera que esta

precariedade é perfeitamente evitável, e por isso declara voto a favor. Abordagem à Moção Nº8 relativa ao Mega Craque, considera a situação de abandono vergonhosa e urgente, mas critica a exclusão à partida de uma solução 100% pública, alegando um preconceito ideológico por parte da IL, não podendo acompanhar o documento se o texto não for alterado. Anuncia o mesmo relativamente à proposta do Padel, que, se não for reconsiderado o modelo de gestão, não podem acompanhar. Anuncia voto favorável à recomendação Nº 2 relativa ao mercado. Sobre o Voto de Protesto Nº 1 do CDS, declara que o CDS apresenta um documento confuso, começando no título e acabando nas deliberações, criando uma mistela de considerações ideológicas disfarçadas de factos, desde a proposta de agradecimento a uma organização pela defesa do valor à vida, à censura alguns órgãos de comunicação social por uma alegada cobertura insuficiente, e falta de clareza, rigores e proporcionalidade, sem concretizar esta acusação. Informa que, para garantir o apoio do PS propõe que sejam retirados os pontos 5 e 7, e que a palavra "condenação" seja substituída por "protesto" no ponto 9. Termina e agradece. -----

O **Presidente da Assembleia de Freguesia** responde a **Pedro Domingues (PS)**, dizendo que a opção da assembleia foi sempre a de não introduzir tempos, valorizando a possibilidade de os representantes do povo falarem, sobretudo quando em oposição. -----

Nuno Gonçalves (CDS/PP) cumprimenta todos, e afirma que o CDS se associa à Moção Nº1 sobre o Metropolitano, congratulando-se com a adesão do PS. Anuncia voto contra a Moção Nº3 da IL, por discordar das métricas exigidas e rigor excessivo. Em relação à Recomendação Nº2 sobre o mercado do Lumiar, declara conflito de interesses e indica que não participará na votação. Solicita associação ao voto de pesar do PS relativo a Madalena Braz Teixeira, reconhecendo o seu trabalho durante muitos anos no Museu do Traje. Sobre o Voto de Protesto Nº 1, o CDS mantém o ponto 5 relativo à cobertura mediática, e propõe no ponto 7 a substituição da palavra "dignidade" por "causa". -----

Pedro Domingues (PS) confirma que aceita a subscrição do CDS ao voto de pesar n.º 3. O PS informa que, tendo alterado só uma palavra, não é suficiente, e propõe votação por pontos do Voto de Protesto do CDS, nomeadamente os pontos 5 e 7. -----

Marta Vieira (PSD) autoriza a subscrição da Moção N.º2 por parte do CDS-PP. -----

Rita Paixão (LIVRE) saúda os presentes. Declara que o Livre condena todos os atos de violência contra manifestações em estado democrático, mas considera que o Voto de protesto do CDS extrapola as ocorrências do dia 21 de março. Indica que, de acordo com a lei n.º 52/2003, a classificação de um ato como terrorista compete ao tribunal e não à assembleia de freguesia. Declara que a perceção de que a cobertura mediática tenha omitido ou sido imprecisa é, de facto, uma perceção, e como tal considera que não passa disso. Considera que o ponto 7 representa um posicionamento ideológico contrário à evidência científica em saúde. Requer votação por pontos. Sobre a moção n.º 3 da IL, declara que o Livre defende um escrutínio rigoroso, mas considera que a moção reduz as associações a meros executores, não contempla a sua enorme diversidade e das suas intervenções, não reconhecendo as dificuldades que enfrentam, nomeadamente a diminuição súbita dos apoios da Câmara no âmbito do programa BIP/ZIP, e a sua divisão em prestações. Declara impacto deste problema no trabalho de várias associações locais, como A ARAL, o Centro Social da Musgueira e outras associações que referimos. Informa que algumas destas associações ainda não receberam os apoios contratualizados de há seis meses e de há um ano. Declara que esta é uma das várias situações que asfixiam as associações e as suas intervenções, sobre as quais não têm qualquer poder de decisão. Informa que, neste momento, muitas das associações que foram impedidas de cumprir as metas dos seus projetos por incumprimento da Câmara Municipal de Lisboa seriam penalizadas de acordo com esta visão que apresentam. Declara que o Livre considera que a avaliação é um recurso valioso e incontornável, que não pode ser ignorado no contexto do trabalho local levado a cabo pelas associações, mas não desta forma. Refere que existem vários exemplos de boas práticas do trabalho associativo de avaliação do seu impacto que podem ser adequadas à realidade do Lumiar, mas que reduzir os resultados das intervenções apenas a números se põe em risco o bem-estar de inúmeras pessoas que dependem diretamente do trabalho de várias associações na freguesia do Lumiar. Informa que, por estas razões, o Livre vota contra a moção em causa. -----

Nuno Gonçalves (CDS-PP) confirma que aceita a votação por pontos do Voto de Protesto N.º1, declarando que não entende como é que podem afirmar que o ato não é terrorista, quando o ato tá classificado como terrorista. Entendem que são divergências que não vale a pena estar a chamar para este debate, mas que não podemos é estar a branquear algo que

aconteceu e que está classificado neste momento como terrorismo. -----

Francisco Benitez (IL) informa que não vão proceder à alteração da proposta conforme sugestão do PS, por não considerarem que exista algum exemplo em que essa gestão pública tenha funcionado. -----

Pedro Domingues (PS) esclarece que a votação por pontos é prerrogativa de qualquer membro da assembleia, não carecendo de concordância do proponente. -----

João Condesso (CH) declara que o Chega pretende subscrever o Voto de Protesto N.º1 proposto pelo CDS-PP. -----

Ana Paula Santos (CDU) saúda os presentes. Abordagem à Moção N.º1 do PSD, declara não compreender a cedência do PSD relativamente a uma solução mista, considerando-a uma má opção, em detrimento de uma melhor já existente. Abordagem à Moção N.º3 da IL, considera que implicaria uma burocratização desnecessária, prejudicando associações com estruturas mais frágeis, e que não acompanham. Abordagem à Moção N.º8 relativa ao Mega Craque, reafirma a posição da CDU de que o espaço deve ser recuperado com gestão pública e preços verdadeiramente acessíveis. Declara que, contrariamente ao que é referido na moção, as parcerias-público privadas não praticam valores verdadeiramente acessíveis. Sobre o Voto de Saudação N.º 5 do PS ao 1.º de Maio, considera que o importante é saudar os trabalhadores pelas suas lutas e conquistas, e não os sacrifícios que sempre lhes são exigidos, anunciando abstenção. Sobre o Voto de Protesto n.º 1 do CDS, declara condenar qualquer ato de violência, mas não se rever em vários pontos do documento, anunciando voto contra. -----

Marta Vieira (PSD) saúda os presentes e declara aquilo que o PSD considera essencial nesta fase inicial de mandato: clareza, responsabilidade e coerência na forma como a assembleia se posiciona perante os assuntos que são discutidos. Declara que sempre que estejam em causa matérias que já se encontrem em curso por parte do executivo da Junta de Freguesia do Lumiar, o PSD adotará, por princípio, uma posição de abstenção acompanhada de declaração de voto. Refere que esta posição visa garantir clareza perante os fregueses, reconhecendo o

mérito das propostas, mas entendendo que quando já existem diligências em desenvolvimento, essas iniciativas podem gerar redundâncias e desvalorizar o trabalho em curso. Declara que o PSD analisou o conjunto de documentos, moções, recomendações e votos apresentados, valorizando todas as propostas que contribuem para melhorar a qualidade de vida da população, reforçar a mobilidade, apoiar o tecido associativo e promover o espaço público. Solicita à IL que aceite a votação por pontos da moção número três, e ao Livre o mesmo relativamente às moções N.º4 e N.º6. Declara que, em matérias como os apoios às associações, procura distinguir entre aquilo que é legítimo recomendar e aquilo que corresponde a decisões de gestão que não cabem à assembleia. No caso da Moção N.º6, reconhece os problemas existentes, mas entende que a sua resolução deve passar pelo diálogo institucional e não pela sobreposição de competências. Declara ainda que, relativamente a propostas que incidem sobre matérias já em desenvolvimento pelo executivo, entende que deve existir articulação prévia, evitando duplicações desnecessárias, como é o caso das Recomendações N.º2 e N.º3. Em alguns casos, adota uma posição de abstenção, por reconhecer o mérito das propostas, mas por não acompanhar a forma ou o enquadramento como as mesmas foram apresentadas, como é o caso das Moções N.º4 e N.º8. No caso dos Votos de Pesar do Partido Socialista, o PSD manifesta a sua disponibilidade para se associar aos votos apresentados em reconhecimento das personalidades evocadas e do seu contributo para a vida pública, questionando se essa associação é aceite. Manifesta igualmente disponibilidade para se associar ao CDS, questionando a possibilidade de subscrever o Voto de Protesto N.º1. Relativamente à Moção N.º2, indica que o PSD reconhece a importância histórica da Constituição da República e das primeiras eleições autárquicas democráticas enquanto marcos fundamentais da consolidação do regime democrático, mas que não pode deixar de assinalar que a presente moção não assegura uma visão plural e equilibrada da evolução democrática, por não valorizar de forma equivalente os diferentes momentos da sua consolidação, designadamente o 25 de novembro. Declara que, apesar disso, votará favoravelmente. Abordagem à Moção N.º5, refere não pode acompanhar a solução proposta. Indica que a criação de uma comissão permanente de higiene urbana, nos termos em que está apresentada, levanta sérias reservas quanto ao respeito pelo modelo legal de funcionamento dos órgãos autárquicos. Menciona que a assembleia de freguesia tem competências de fiscalização e acompanhamento político, mas não de gestão operacional nem de monitorização direta de serviços ou contratos, votando contra. No caso da Moção N.º7, refere que reconhece o significado histórico do 25 de abril como marco na democracia, mas entende que a presente proposta apresenta uma leitura legítima, porém não plural da

história, nomeadamente na forma como aborda o período anterior ao 25 de abril e o processo de descolonização, não refletindo toda a complexidade nem o contributo das diversas forças políticas na consolidação democrática. Declara que o PSD considera que essas celebrações devem ser momentos de união e inclusão e que, nesse sentido, votará contra. Abordagem à Moção N.º8, referente ao Mega Craque, menciona que reconhece que se trata de uma infraestrutura que poderia ser utilizada na freguesia de outra forma, mas dá nota de que este processo não parte do zero. Refere que no mandato anterior foram ouvidas várias discussões em torno desta infraestrutura e de todas as diligências que o executivo já realizou, as quais se traduziram na cedência de espaços exteriores e de estacionamento. Indica que, naturalmente, se pretendia mais, mas que nestas matérias o tempo tem que seguir o seu caminho e não se pode ignorar o que já existe. Acrescenta que há ainda a questão do estado em que se encontra o edifício, que implica um investimento avultado, pelo que não basta avançar sem afetação de verba para a sua reabilitação. Declara que o PSD reconhece o mérito, mas não pode ignorar o trabalho e o caminho já percorrido e que, nesse sentido, se irá abster. Relativamente à Recomendação N.º2 da IL, referente ao estacionamento do mercado, indica que a intervenção sugerida por esta proposta já foi objeto de várias iniciativas do executivo da Junta de Freguesia no mandato anterior. Refere que existe um projeto de requalificação em curso, a pedido da própria Junta, para submissão à Câmara Municipal, proprietária dos terrenos. Declara que optará pela abstenção. No caso da Recomendação N.º3, indica que a identificação desse espaço e a sua eventual utilização para fins desportivos já foram objeto de diligências deste executivo junto da Câmara Municipal. Menciona que, na sessão pública referida, estava prevista a instalação de uma escola de condução nessa zona, ideia que acabou por ser abandonada pela EMEL. Declara que, por esses motivos, não pode acompanhar a proposta e que irá igualmente abster-se. Conclui referindo que, relativamente aos Votos de Saudação, o PSD manteve uma linha de respeito institucional, valorizando o papel das instituições e das figuras públicas, sublinhando que o reconhecimento deve assentar, acima de tudo, na função e no seu significado para o regime democrático. -----

O **Presidente da Assembleia de Freguesia** esclarece que a antiga Moção N.º 7, do Livre, passou a Voto de Saudação N.º7, e que a antiga moção N.º8 do Mega Craque da IL passou a Moção N.º7. Anuncia uma pausa para a intervenção do público. -----

Pausa -----

Período Aberto ao Público -----

Presidente da Assembleia de Freguesia reinicia a sessão, com o período de participação do público. Chama o primeiro inscrito, **João Doutor**, que não se encontra presente. Convida de seguida **Nuno Frazão** a dirigir-se ao púlpito, informando-o de que dispõe de três minutos, dada a extensão da ordem do dia. -----

Nuno Frazão (morador da Rua do Lumiar) agradece a receção e apresenta-se como morador da Rua do Lumiar, referindo representar um grupo de vizinhos. Indica que já foram anteriormente recebidos pela junta e que vem solicitar ajuda relativamente a dois temas. O primeiro tema é a segurança. Menciona que nos últimos meses foram registados mais de vinte a trinta assaltos na zona, incluindo furtos em veículos e em habitações, sendo que o próprio e um vizinho foram vítimas de roubo em junho do ano anterior. Refere que a maior parte das ocorrências se encontra documentada com os respetivos autos. O segundo tema é a poluição. Indica ser engenheiro da área do ambiente e que a Rua do Lumiar, associada à Calçada da Carris, é uma das zonas mais poluídas de Portugal, existindo estudos que o comprovam. Refere que a rua tem vindo a ser reabilitada e rejuvenescida, com muitas famílias jovens e crianças, bem como uma creche, o que torna a questão da poluição especialmente preocupante. Descreve que de manhã, entre as oito e as nove e meia, circulam frequentemente quatro a cinco autocarros da Carris a gasóleo, tornando o ar praticamente irrespirável. Acrescenta ainda as preocupações com resíduos sólidos e ruído. Declara que o objetivo desta intervenção é uma primeira apresentação, com vista a solicitar uma reunião com um técnico da junta para discutir medidas concretas que possam ser implementadas conjuntamente ou individualmente pelos moradores. -----

O **Presidente da Assembleia de Freguesia** agradece a intervenção e questiona sobre os assaltos registados, perguntando se foram apresentadas queixas às autoridades e se a junta tem conhecimento da situação. **Nuno Frazão** confirma que a maioria das ocorrências está documentada, e que tenciona deslocar-se à polícia para prestar depoimento, acrescentando que a iluminação é também um problema. Confirma ainda a disponibilidade para partilhar toda a documentação com a junta. -----

Carolina Rodrigues dos Santos (moradora de Alta de Lisboa/Telheiras) declara que irá ler a sua intervenção por escrito devido a fobia de falar em público. Aborda o problema do estacionamento abusivo em espaços públicos nos dias de jogo ou eventos no Estádio José

de Alvalade. Refere que sempre que o Sporting joga ou há um evento no estádio, diversas zonas da freguesia ficam em caos: os passeios são ocupados por veículos, impedindo a circulação de peões, especialmente idosos, pessoas com mobilidade reduzida e carrinhos de bebé; as zonas verdes são utilizadas como parques improvisados, degradando espaços comuns; e as entradas de prédios e garagens ficam bloqueadas. Declara que não se trata de casos pontuais, mas de um padrão repetido, previsível e evitável, e que o espaço público não pode ser apropriado de forma abusiva por força de um evento. Dirige-se ainda ao representante do Chega, reforçando que as soluções existentes não estão a ser aplicadas e que o problema não pode continuar a ser tratado como inevitável. -----

Isabel Vicente saúda o presidente da assembleia, o presidente da junta, os representantes dos partidos políticos, os trabalhadores da junta e os fregueses presentes. Intervém sobre o trânsito na Rua Fernando Lopes Graça e o acesso às garagens dos prédios. Indica que a Rua Fernando Lopes Graça foi concebida como uma rua secundária de bairro, mas que, em resultado da reorganização do trânsito na zona do Passo do Lumiar, sofreu um aumento exponencial de circulação, agravado pela presença do Hospital Militar, colégios e supermercados na área. Menciona que existem constantemente filas de trânsito de manhã, à tarde e à noite, com velocidades inadequadas e conflitos frequentes. Pede ao presidente da junta que diligencie junto da Câmara Municipal medidas de acalmia de trânsito, designadamente a colocação de mais lombas e de mini-rotundas — tecnicamente designadas "bolachas" — nos cruzamentos da Rua Fernando Lopes Graça com a Rua César de Oliveira e com a Rua Bel Salazar, onde as filas são mais expressivas. Solicita igualmente a colocação de sinalização vertical de proibição de estacionamento e paragem, dado que o estacionamento é completamente caótico. Relativamente ao acesso às garagens, refere que as ruas de acesso têm duas vias, mas que uma se encontra permanentemente ocupada com estacionamento, obrigando os condutores a fazer marcha-atrás, não podendo passar mais do que um veículo de cada vez. Indica que o próprio Carlos Figueira pôde constatar esta situação in loco. Acrescenta que a camioneta do lixo tem de entrar de marcha-atrás para efetuar a recolha dos contentores, uma vez que os espaços de manobra se encontram ocupados. Apela à requalificação urgente da zona, lembrando que no passado já existiram sinais verticais e marcas de proibição de estacionamento, que, entretanto, desapareceram, e alertando para os riscos em caso de necessidade de acesso de veículos de emergência. -----

Rui Fernandes intervém para solicitar informação sobre o estado do processo de indemnização pelos danos causados na sua viatura pela tempestade Martin. Refere que já reuniu com a Dra. Raquel e que desde então não obteve resposta aos seus contactos. Alerta ainda para a existência de um galho partido que continua sem manutenção após um ano, apresentando fotografias, e que poderá danificar outro veículo. O presidente da assembleia pergunta em que zona se situa a ocorrência, sendo indicada a Rua Fernando Lopes Graça. -

Miguel Morgado apresenta dois temas. O primeiro é de natureza urbanística, referindo que quando pretendia abrir um negócio de restauração, cumprindo todos os requisitos legais incluindo as disposições do PDM, se viu impedido de o fazer por via de uma ação judicial movida pelo condomínio do edifício na Rua David Mourão Ferreira. Menciona que a sentença se baseou em jurisprudência dos anos 60, não refletindo a legislação atual nem a diretiva europeia de 2006, sendo Portugal o único Estado-membro que ainda não conciliou o direito público e o direito privado nesta matéria. Indica que recorreu para a Relação e que continuará a recorrer se necessário. O segundo tema decorre do primeiro. Indica que, enquanto não pode abrir o restaurante, disponibiliza o espaço para iniciativas de apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, propondo uma articulação com a junta de freguesia para identificar necessidades existentes. Descreve situações de violência e sem-abrigo que testemunhou nas imediações do espaço, incluindo um episódio em que transportou no seu veículo uma pessoa que havia sido agredida. Declara estar disponível para receber contacto da junta no sentido de explorar esta articulação. -----

Maria Isabel Mendes Serrano Rosa da Silva Rebelo aborda três grandes temas: manutenção, pressão junto da Câmara Municipal e valorização da freguesia. Em matéria de manutenção, refere problemas recorrentes com desmatção, passeios, caldeiras, higiene urbana, iluminação não reparada, papeleiras danificadas e não repostas, e árvores mortas com caldeiras vazias. Indica que as ruas têm um ar abandonado, o que propicia atos de vandalismo. Em relação a pedidos à Câmara Municipal, solicita intervenção no Parque das Conchas, cuja mata considera densa, perigosa e mal iluminada, com vários casos de insegurança. Propõe a criação de espaços desportivos no Parque dos Lilases, referindo que há espaço suficiente sem corte de árvores, e pede a reposição e modernização dos equipamentos desportivos danificados, sugerindo a instalação de equipamentos de calistenia. Quanto à valorização da freguesia, lamenta que não sejam transmitidos às novas gerações os valores históricos da área, como a história do Bairro Tobis. Critica a iluminação com

candeeiros de tipo autoestrada no bairro, os passeios com dimensões desproporcionadas, a degradação da pavimentação e a falta de elementos de beleza urbana. Apela à introdução de arte pública e elementos estéticos, citando como exemplo as esculturas de bronze no Parque Fernando Pessoa na Avenida de Roma, e invoca Dostoiévski ao referir que "a beleza salvará o mundo". Conclui desafiando os responsáveis a incutir beleza e história na freguesia, para além da manutenção corrente. -----

Jorge Rolo introduz um quarto tema, não previsto inicialmente, sobre segurança: refere que nessa semana foram partidos cinco vidros de veículos no parque de estacionamento onde tem o seu automóvel, e que a empresa gestora informou dispor de câmaras, mas que isso não serve para compensar os prejuízos nem aciona o seguro. Em sentido positivo, relata um episódio em que chamou a polícia às três da manhã por suspeita de intrusão no seu prédio, e que cinco minutos depois os agentes estavam no local a resolver a situação. Elogia ainda a maior dinamismo das redes sociais da junta no novo mandato. Sobre o tema do metropolitano, menciona que apostou nesta coligação pela linha circular e pela sala de consumo. Relativamente à sala de consumo, refere que foi corretamente afastada por estar prevista a menos de 500 metros de três escolas, o que é legalmente proibido. Quanto à linha circular, apresenta uma fotografia do presidente da junta, interpretando que este defendia a impossibilidade de alterar o traçado, declarando que há quem não tenha desistido da luta pelo acesso direto do Lumiar ao centro da cidade. Em matéria de higiene urbana, refere que nos últimos meses a situação tem estado muito complicada, com ervas daninhas de grande dimensão junto ao Colégio São João de Brito, embora reconheça que na véspera da assembleia apareceram equipas de limpeza. Apresenta uma fotografia de pedras caídas no passeio há mais de dois meses, que continuam por remover, dificultando a passagem de peões. Por fim, pergunta sobre a Resolução do Conselho de Ministros n.º 58/2026, que aprovou o plano de ação para a economia circular, questionando se existe articulação entre o município e a junta de freguesia para cumprir os objetivos nela previstos, e oferece documentação sobre o tema. -----

O Presidente da Junta de Freguesia saúda todos os presentes e os trabalhadores da junta, agradecendo as intervenções, e responde de forma sequencial. Sobre segurança, refere que a junta mantém reuniões regulares com a PSP e com a Polícia Municipal, tendo inclusivamente decorrido na véspera uma reunião do Conselho Municipal de Segurança na Câmara

Municipal. Indica que é necessário reforçar a capacidade operacional de ambas as forças, que a Câmara tem feito esforços nesse sentido, mas que existe uma dificuldade pública de recrutamento para a PSP. Menciona que a junta tem contribuído com a aquisição de equipamentos para reforçar a capacidade operacional. Apela a que os cidadãos apresentem sempre queixa às autoridades quando ocorram crimes, pois sem esse registo as forças de segurança não conseguem requisitar mais meios. Refere ainda que a videovigilância é uma das áreas que a junta quer ver reforçada no território do Lumiar. Sobre poluição na Rua do Lumiar, refere que a circulação intensa de autocarros torna o ruído e a poluição significativos, e que existe uma ideia de reconverter a rua, eventualmente tornando-a pedonal, dependendo da reorganização da Calçada da Carriche e do Nó com a Padre Cruz. Indica que já existem moções aprovadas em assembleia sobre o afundamento desse nó, mas que qualquer intervenção carece de uma abordagem integrada. Acrescenta que tem sido feita pressão junto da Câmara para a adoção de medidas de acalmia de trânsito. Sobre o estacionamento em dias de jogo, concorda com a intervenção de Carolina Rodrigues dos Santos, declarando que o Código da Estrada não suspende por força de eventos e que a junta tem reforçado esta posição junto da PSP, Polícia Municipal e EMEL. Refere que tem sido trabalhada, junto da ML, uma solução que combine estacionamento e transporte público num bilhete integrado mais económico, e que, após a sua conclusão, a fiscalização terá de ser aplicada de forma definitiva. Sobre o trânsito na Rua Fernando Lopes Graça, reconhece a pertinência das medidas de acalmia referidas, mencionando que já foi feita uma intervenção com pilaretes na Rua Alfredo de Sousa para evitar estacionamento abusivo, e que continuará a pressionar a Câmara para o reforço da sinalética e das medidas de acalmia de trânsito. Indica que existe um parque de estacionamento próximo que se encontra quase sempre vazio e que importa incentivar a sua utilização. Sobre a indemnização de Rui Fernandes, pede desculpa pela demora na resposta, reconhecendo que esta devia ter sido dada em tempo útil. Explica que existe uma articulação com a Câmara sobre danos causados por intempéries que ainda não está concluída, e que existem outros casos pendentes na mesma situação. Compromete-se a resolver a situação e solicita que seja indicado o local exato do galho partido para que possa ser avaliado. Sobre o espaço disponibilizado por Miguel Morgado, refere que a junta não tem competência para intervir no litígio entre o proprietário e o condomínio. Quanto à utilização social do espaço, solicita que seja agendada uma reunião com a Vogal responsável pelo Desenvolvimento Social para explorar possibilidades de articulação. Em relação à violência ocorrida nas imediações, declara que não deve ser um cidadão a transportar vítimas de agressão, competindo às forças de segurança e aos meios de primeira intervenção essa

resposta. Sobre as questões de manutenção e valorização levantadas por Maria Isabel Rebelo, refere que têm sido efetuadas múltiplas intervenções no Bairro Tobis, incluindo podas, desmatção e reposição de mobiliário urbano. Em relação à iluminação, tem sido feita a referenciação à Câmara para reparação ou substituição. Quanto à Quinta das Conchas, indica que a reparação dos passadiços está concluída. Menciona ainda intervenções no Parque Oeste e uma futura intervenção na Quinta dos Lilases, onde as paredes constituem um problema de segurança. Quanto aos espaços desportivos, reconhece que podem ser reforçados, existindo já várias opções distribuídas pelo território, nomeadamente nas proximidades da Quinta das Conchas. Sobre o metropolitano, esclarece que a posição da Junta é contrária à linha circular e favorável à manutenção do acesso direto do Lumiar ao centro da cidade, através da solução em laço. Indica que esta garantia foi dada pelo ministro Duarte Cordeira e posteriormente pelo ministro Pinto Luz, faltando apenas a intervenção ao nível do software, o SBTC, que permita a operação em laço. Refere que esta posição tem sido defendida junto da administração do metro, da Câmara e do governo, e que o Lumiar não está sozinho, havendo outros territórios a norte da cidade com situação análoga. Sobre a higiene urbana, reitera que existe um planeamento de intervenções de desmatção, mas que as opções de gestão ambiental feitas coletivamente, como a rejeição de herbicidas como o glifosato, têm consequências diretas na capacidade de manter as ervas sob controlo apenas com mecanização. Quanto às pedras no passeio, indica que a remoção pode ser feita e será tratada. Sobre a economia circular, refere que a junta não precisa de enquadramento normativo para se preocupar com o tema, existindo já trabalho desenvolvido, nomeadamente através do projeto Recupera, e que em articulação com a Câmara procurará desenvolver ações alinhadas com a resolução do Conselho de Ministros mencionada. Conclui agradecendo a presença de todos, informando que podem também contactar a junta através dos seus canais habituais, e lamentando não ter ainda conseguido responder a algumas das situações apresentadas. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia, não havendo intervenções das bancadas sobre o período de participação do público, cede a palavra às bancadas dos grupos parlamentares sobre o PAOD. -----

-

Ricardo Pais (BE) saúda o presidente da assembleia, o presidente da junta, o executivo, os colegas de bancada, os funcionários e os eleitores presentes e remotos. Presta uma saudação ao camarada Nelson Rocha, a quem substitui nesta sessão. Indica que o BE declara a sua disponibilidade para se associar aos votos de pesar apresentados pelo PS relativos a Mário Zambujal, António Lobo Antunes e à funcionária do Museu do Traje. Expressa ainda reprovação sobre qualquer ato de violência, conforme referido no voto de condenação ou protesto apresentado, não subscrevendo, no entanto, a totalidade do seu texto, reservando-se à análise do mérito de associações e coletivos de acordo com a sua soberania democrática e não por imposição externa. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia** intervém sobre várias moções. Relativamente ao metropolitano de Lisboa, reitera que não há qualquer dúvida da parte do executivo sobre a necessidade de continuar a trabalhar pela solução em laço, saudando as moções que partilham essa preocupação. Sobre os indicadores de apoio a associações, declara que os dinheiros públicos devem ser escrutinados de forma detalhada, mas que a análise não pode ser meramente mecanicista, devendo ter em conta o mérito das propostas, os destinatários, os propósitos e a sustentabilidade. Refere que a junta tem recebido feedback de associações do território sobre atrasos nos apoios da Câmara e tem diligenciado no sentido de mitigar esses impactos. Sobre o estacionamento em dias de jogo, reitera que a situação é inaceitável. Sobre a comissão permanente de higiene urbana, declara que tem satisfação em ser escrutinado pela assembleia de freguesia, que é precisamente esse o seu papel, e que vê com dificuldade a criação de outro órgão que se substitua a esse trabalho. Refere que a junta tem consciência das limitações na higiene urbana e que os resultados têm estado a surgir, ainda que não estejam onde gostariam. Sobre o Mega Craque, reitera que o objetivo é que o espaço volte a ser de fruição pública, e que a Câmara já cedeu os campos exteriores e o parque de estacionamento para funcionamento. Refere que a informação técnica disponível indica que a piscina não é recuperável do ponto de vista infraestrutural, havendo a ideia de transformar esse espaço num anfiteatro. Quanto ao estacionamento do mercado, indica que este faz parte da intervenção em curso no mercado, que em breve voltará a funcionar em pleno, e que a questão da tarifação terá de ser equacionada para garantir uma utilização adequada. Associa-se à rejeição de qualquer tipo de violência, aos votos de pesar apresentados, às celebrações das efemérides referidas, e deseja ao recém-eleito presidente da República o maior sucesso nas suas funções. -----

O **Presidente da Assembleia de Freguesia** dá início às votações do Período Antes da Ordem do Dia -----

Moção n.º 1, "Metropolitano de Lisboa: solução mista para preservar ligações diretas e valorizar a rede existente", apresentada pelo PSD e subscrita pelo CDS/PP -----

Votos contra: **1** - CDU (1);

Abstenções: **1** – BE (1);

Votos a favor: **17** - PSD (6); PS (4); CDS-PP (2); LIVRE (1); IL (2); CH (2);

Aprovada por maioria; -----

Moção n.º 2, "50 anos da Constituição da República Portuguesa e das primeiras eleições autárquicas democráticas 1976-2026", apresentada pela CDU -----

Votos contra: **2** - CH (2);

Abstenções: **4** - IL (2); CDS-PP (2);

Votos a favor: **13** - PSD (6); PS (4); LIVRE (1); CDU (1); BE (1);

Aprovada por maioria. O PSD apresentará declaração de voto por escrito. -----

Moção n.º 3, "Atribuição de apoios com base em indicadores de desempenho", apresentada pela IL, votada por pontos. -----

Ponto 3.1 - Indicadores de desempenho obrigatórios -----

Votos contra: **11** - PSD (6); CDS-PP (2); LIVRE (1); CDU (1); BE (1);

Abstenções: **6** - PS (4); CH (2);

Votos a favor: **2** - IL (2);

Reprovado por maioria -----

Ponto 3.2 - Obrigatoriedade de metas concretas previamente à atribuição de apoios -----

Votos contra: **13** - PSD (6); CDS-PP (2); LIVRE (1); CDU (1); BE (1); CH (2);

Abstenções: **4** - PS (4);

Votos a favor: **2** - IL (2);

Reprovado por maioria -----

Ponto 3.3 - Avaliação posterior obrigatória -----

Votos contra: **4** - CDS-PP (2); CDU (1); BE (1);

Abstenções: **5** - PS (4); LIVRE (1);

Votos a favor: **10** - PSD (6); IL (2); CH (2);

Aprovado por maioria -----

Ponto 3.4 - Modelo padronizado de reporte comparável -----

Votos contra: **5** - CDU (1); BE (1); LIVRE (1); CDS-PP (2);

Abstenções: **4** - PS (4);

Votos a favor: **10** - PSD (6); IL (2); CHEGA (2).

Aprovado por maioria -----

Ponto 3.5 - Grau de cumprimento como critério de renovação de apoios -----

Votos contra: **5** - CDU (1); BE (1); LIVRE (1); CDS-PP (2);

Abstenções: **4** - PS (4);

Votos a favor: **10** - PSD (6); IL (2); CH (2);

Aprovado por maioria -----

Ponto 3.6 - Publicação no site de resumo anual dos apoios e resultados -----

Votos contra: **5** - CH (2); CDU (1); BE (1); LIVRE (1);

Abstenções: **6** - PS (4); CDS-PP (2);

Votos a favor: **8** - PSD (6); IL (2);

Aprovado por maioria -----

Moção n.º 4, "Estacionamento indevido e proteção do espaço público no Lumiar",
apresentada pelo LIVRE — votada por pontos. -----

**Ponto 4.1 - Criação de plano específico de gestão do estacionamento em dias
de grande afluência** -----

Votos contra: **0**;

Abstenções: **2** - CH (2);

Votos a favor: **17** - PSD (6); PS (4); CDS-PP (2); LIVRE (1); CDU (1); IL (2); BE (1);

Aprovado por maioria -----

Ponto 4.2 - Implementação de medidas físicas dissuasoras -----

Votos contra: **8** - PSD (6); CDS-PP (2);

Abstenções: **2** - CH (2);

Votos a favor: **9** - PS (4); LIVRE (1); CDU (1); IL (2); BE (1);

Aprovado por maioria -----

Ponto 4.3 - Restrições específicas em dias de eventos desportivos -----

Votos contra: **8** - PSD (6); CDS-PP (2);

Abstenções: **2** - CH (2);

Votos a favor: **9** - PS (4); LIVRE (1); CDU (1); IL (2); BE (1);

Aprovado por maioria -----

**Ponto 4.4 - Reforço da articulação com entidades competentes para
fiscalização do estacionamento indevido** -----

Votos contra: **2** - CDS-PP (2);

Abstenções: **0**;

Votos a favor: **17** - PSD (6); PS (4); LIVRE (1); CDU (1); IL (2); BE (1); CH (2);

Aprovado por maioria -----

Moção n.º 5, "Criação de comissão permanente de higiene urbana na Junta de Freguesia do Lumiar", apresentada pelo LIVRE -----

Votos contra: **10** - PSD (6); CDS-PP (2); IL (2);

Abstenções: **3** - CDU (1); CH (2);

Votos a favor: **6** - PS (4); LIVRE (1); BE (1);

Reprovada por maioria -----

Moção n.º 6, "Pagamentos em atraso e apoios municipais a associações", apresentada pelo LIVRE — votada por pontos. -----

Linha A - Reprovação dos atrasos sistemáticos da CML nos pagamentos

Votos contra: **2** - CDS-PP (2);

Abstenções: **0**;

Votos a favor: **17** - PSD (6); PS (4); LIVRE (1); CDU (1); IL (2); BE (1); CH (2);

Aprovada por maioria -----

Linha B - Solicitação de regularização num prazo de 60 dias -----

Votos contra: **8** - PSD (6); CDS-PP (2);

Abstenções: **0**;

Votos a favor: **11** - PS (4); LIVRE (1); CDU (1); IL (2); BE (1); CH (2);

Aprovada por maioria -----

Linha C - Criação de calendário anual fixo para os ciclos de candidatura e pagamento

Votos contra: **8** - PSD (6); CDS-PP (2);

Abstenções: **2** - CH (2);

Votos a favor: **9** - PS (4); LIVRE (1); CDU (1); IL (2); BE (1);

Aprovada por maioria -----

Linha D - Implementação de plataforma digital de acompanhamento dos pedidos --

Votos contra: **8** - PSD (6); CH (2);

Abstenções: **0**;

Votos a favor: **11** - PS (4); LIVRE (1); CDU (1); IL (2); BE (1); CDS-PP (2);

Aprovada por maioria -----

Linha E - Adiantamento parcial até 50% do valor aprovado -----

Votos contra: **10** - PSD (6); CDS-PP (2); CH (2);

Abstenções: **0**;

Votos a favor: **9** - PS (4); LIVRE (1); CDU (1); IL (2); BE (1);

Reprovada por maioria -----

Linha F - Reunião de trabalho entre Junta, CML e associações afetadas

Aprovado por unanimidade -----

Linha G - Envio da moção às entidades relevantes -----

Aprovado por unanimidade -----

**Moção n.º 7, "Mega Craque: devolver o espaço aos cidadãos do Lumiar",
apresentada pela IL -----**

Votos contra: **7** - PS (4); CDU (1); BE (1); LIVRE (1);

Abstenções: **8** - PSD (6); CDS-PP (2);

Votos a favor: **4** - IL (2); CH (2);

Reprovada por maioria. O PS apresentará declaração de voto oral. -----

Recomendação n.º 1, "Diligências institucionais da Junta de Freguesia relativas ao projeto da linha circular do Metro de Lisboa e a alternativa da linha em laço", apresentada pela CDU -----

Votos contra: **2** - CDS-PP (2);

Abstenções: **4** - IL (2); CH (2);

Votos a favor: **13** - PSD (6); PS (4); LIVRE (1); CDU (1); BE (1);

Aprovada por maioria -----

Recomendação n.º 2, "Estacionamento no mercado do Lumiar", apresentada pela IL -----

Votos contra: **2** – LIVRE (1); BE (1);

Abstenções: **8** - PSD (6); CDS-PP (2); CDU(1);

Votos a favor: **8** - PS (4); IL (2); CH (2);

Aprovada por maioria. O PSD apresentará declaração de voto por escrito. Nuno Gonçalves (CDS-PP) declara conflito de interesses por trabalhar na CML e não participa na votação) -----

Recomendação n.º 3, "O Lumiar não pode ficar fora deste jogo de padel", apresentada pela IL -----

Votos contra: **9** - PS (4); LIVRE (1); CDU (1); BE (1); CH (2);

Abstenções: **8** - PSD (6); CDS-PP (2);

Votos a favor: **2** - IL (2);

Reprovada por maioria. O PSD e o PS anunciam declarações de voto. -----

Voto de protesto n.º 1, "Ataque à Marcha pela Vida", apresentado pelo CDS e subscrito pelo Chega e pelo PSD, votado por pontos. -----

Pontos 1, 2, 3, 4, 6, 8 e 9 -----

Votos contra: **2** - CDU (1); BE (1);

Abstenções: **1** - LIVRE (1);

Votos a favor: **16** - PSD (6); PS (4); CDS-PP (2); IL (2); CH (2);

Aprovados por maioria -----

Pontos 5 e 7 -----

Votos contra: **7** - PS (4); LIVRE (1); CDU (1); BE (1);

Abstenções: **0**;

Votos a favor: **12** - PSD (6); CDS-PP (2); IL (2); CH (2);

Aprovados por maioria. O PS apresentará declaração de voto oral. -----

Voto de pesar n.º 1, "Mário Zambujal", apresentado pelo PS e subscrito pelo PSD e pelo BE -----

Aprovado por unanimidade -----

Voto de pesar n.º 2, "António Lobo Antunes", apresentado pelo PS e subscrito pelo PSD e pelo BE -----

Votos contra: **0**;

Abstenções: **2**;

Votos a favor: **17** - PSD (6); PS (4); CDS-PP (2); IL (2); CH (2); LIVRE (1); CDU (1); BE (1);

Aprovado por maioria -----

Voto de pesar n.º 3, "Madalena Braz Teixeira", apresentado pelo PS e subscrito pelo CDS, PSD e BE -----

Aprovado por unanimidade -----

Voto de saudação n.º 1, "1.º de Maio de 2026", apresentado pelo BE -----

Votos contra: **4** - PSD (6)

Abstenções: **8** - PSD (6); CH (2);

Votos a favor: **7** - PS (4); CDS-PP (2); LIVRE (1); CDU (1); BE (1);

Aprovado por maioria. O PSD apresentará declaração de voto por escrito. -----

Voto de saudação n.º 2, "25 de Abril", apresentado pelo BE -----

Votos contra: **2** - CH (2);

Abstenções: **8** - PSD (6); CH (2)

Votos a favor: **9** - PS (4); CDS-PP (2); LIVRE (1); CDU (1); BE (1);

Aprovado por maioria -----

Voto de saudação n.º 3, "À Liberdade", apresentado pela IL -----

Votos contra: **3** - CDU (1); BE (1); LIVRE (1);

Abstenções: **0**;

Votos a favor: **16** - PSD (6); PS (4); CDS-PP (2); IL (2); CH (2);

Aprovado por maioria -----

Voto de saudação n.º 4, "25 de Abril e democracia", apresentado pelo PS -----

Votos contra: **2** - CH (2);

Abstenções: **0**;

Votos a favor: **17** - PSD (6); PS (4); CDS-PP (2); LIVRE (1); CDU (1); IL (2); BE (1);

Aprovado por maioria -----

Voto de saudação n.º 5, "Dia Internacional do Trabalhador", apresentado pelo PS --

Votos contra: **0**;

Abstenções: **3** - CDU (1); CH (2);

Votos a favor: **16** - PSD (6); PS (4); CDS-PP (2); LIVRE (1); IL (2); BE (1);

Aprovado por maioria -----

Voto de saudação n.º 6, "Presidente António José Seguro", apresentado pelo PS ----

Votos contra: **0**;

Abstenções: **3** - CH (2); CDS-PP (1)

Votos a favor: **16** - PSD (6); PS (4); CDS-PP (2); LIVRE (1); CDU (1); IL (2); BE (1);

Aprovado por maioria -----

Voto de saudação n.º 7, "25 de Abril", apresentado pelo LIVRE -----

Votos contra: **10** - PSD (6); CDS-PP (2); CH (2);

Abstenções: **2** - IL (2);

Votos a favor: **7** - PS (4); LIVRE (1); CDU (1); BE (1);

Reprovado por maioria. O PSD apresentará declaração de voto por escrito. -----

Declarações de voto

Pedro Domingues (PS) apresenta declaração de voto oral. Relativamente à Moção n.º 7 da Iniciativa Liberal (Mega Craque) e à Recomendação n.º 3 (padel), explica que ambas propunham um modelo económico de exploração fechado, entendendo que os assuntos devem ser estudados individualmente antes de se propor qualquer modelo. Relativamente ao Voto de Protesto N.º 1, indica que votou favoravelmente a esmagadora maioria dos pontos, por condenar qualquer ato de violência contra um movimento pacífico e democrático, tendo votado contra os pontos 5 e 7, um dos quais reflete uma visão ideológica sobre o evento, e o outro por considerar que o CDS faz considerações vagas sobre a cobertura mediática sem concretizar o que pretendia dizer.

João Condesso (CH) intervém para clarificar que a sua posição em relação a propostas referentes a matérias não diretamente relacionadas com a freguesia é, em regra, de não votação favorável, por entender que não constitui a melhor utilização do tempo da assembleia. Aplica este princípio ao voto de pesar de António Lobo Antunes e ao voto de saudação ao presidente da República.

Período da ordem do dia-----

O **Presidente da Junta de Freguesia** propõe que se discutam desde logo os pontos 2, 3 e 4 da ordem do dia, uma vez que o contabilista e o revisor oficial de contas da junta se encontram presentes e poderiam ser libertados após esses pontos. A assembleia não se opõe.

O **Presidente da Junta de Freguesia** apresenta os três pontos de forma sumária, dispensando a apresentação de slides em função da hora avançada, declarando que todos tiveram acesso à documentação. Refere que o ponto 2 (apreciação do inventário dos bens), direitos e obrigações patrimoniais, decorre de obrigações legais, tendo havido uma mudança de empresa fornecedora do inventário por abandono da anterior, e que o novo inventário cumpre as normas legais. Quanto ao ponto 3, prestação de contas, indica um resultado positivo de aproximadamente 386.000 euros, o que considera um sinal positivo após um período de equilíbrio financeiro difícil. Quanto ao ponto 4, revisão orçamental, refere que acomoda o saldo de gerência, a sua distribuição pelos vários pelouros, algumas alterações relativas aos CDC's e a atividade Lumiar Aventura, que aumenta a receita prevista. Declara estar disponível para responder a questões. -----

Vários membros da assembleia verificam que não receberam a documentação completa relativa aos pontos 2 e 3. O **Presidente da Junta de Freguesia** esclarece que os documentos foram remetidos pelos serviços no dia 14, mas constata-se que apenas o relatório de gestão chegou por email aos elementos das bancadas dos grupos parlamentares, faltando as demonstrações financeiras, o anexo às contas e a certificação legal das contas. Refere ainda que foi enviado um *link* para uma pasta partilhada cerca de 30 minutos antes do início da reunião. Um dos membros da assembleia observa que 30 minutos não são suficientes para analisar documentos desta complexidade. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia** lamenta a situação, assumindo a responsabilidade final, e reconhece que, não tendo os membros da assembleia acesso à documentação, não estão reunidas as condições para a sua discussão e votação. Considera que os pontos 2 e 3 ficam prejudicados, e que o ponto 4, por depender da aprovação das contas, fica também

afetado. -----

O **Presidente da Assembleia de Freguesia**, perante o adiantado da hora, pergunta à assembleia se pretende votar alguns dos pontos restantes da ordem do dia. A assembleia decide unanimemente não o fazer. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia** propõe as datas de 24 (sexta-feira) ou 28 (terça-feira) de abril para a sessão de continuação, alertando para a ausência da tesoureira a partir do dia 27. Declara que tomará a iniciativa de convocar a reunião, dado que as contas têm de ser remetidas até ao final do mês. -----

O **Presidente da Assembleia de Freguesia** declara encerrada a sessão às 23h59, notando que é a primeira vez, desde que exerce o cargo, que a assembleia de freguesia não conclui os trabalhos numa única sessão. Agradece o esforço de todos os presentes. -----

Continuação da Terceira Assembleia de Freguesia ----- -----

Presidente da Assembleia de Freguesia informa que a sessão constitui a continuação da terceira assembleia de freguesia do quadriénio 2025-2029, interrompida por falta de tempo e por ausência de documentação. Indica que dois membros da IL não estão presentes, pelo que não são possíveis substituições, resultando em menos dois votos disponíveis. Convida Daniel Lopes para integrar a mesa como segundo-secretário, em substituição da segunda-secretária Lúcia, ausente por razões profissionais. Recorda que o Período antes da Ordem do Dia e a intervenção do público já foram realizados na sessão anterior e que os documentos em falta foram, entretanto, reenviados a todos os membros da assembleia com confirmação de receção. -----

Presidente da Junta de Freguesia declara que não procederá à apresentação formal dos conteúdos da informação escrita, ficando disponível para responder a questões. -----

João Condesso (CH) refere uma notícia sobre a saída de 1400 novos agentes da PSP e sugere que a junta diligencie no sentido de reforçar as esquadras do Lumiar, tendo em conta que é uma necessidade que todos sentem. Menciona a necessidade de maior informação sobre o seguimento das propostas aprovadas, nomeadamente a de desnivelamento do nó da Padre Cruz com a Calçada de Carris, e informa da existência de uma petição nesse sentido. Sobre a uma antiga proposta para apoiar a Associação de Moradores do Bairro da Cruz Vermelha, indica que os problemas dos algerozes permanecem sem resolução, gerando risco de inundações que ameaçam o projeto de formação musical para jovens do bairro, estragando o material usado para este projeto. -----

Rita Paixão (LIVRE) saúda a criação da Unidade Local de Proteção Civil, especialmente depois da desgraça que aconteceu este ano. Coloca questões sobre a articulação prevista com os serviços centrais, a existência de um plano de emergência, o tipo de material que a unidade terá, as formas de financiamento e os prazos previsíveis para cada etapa. Declara que está totalmente de acordo com o regulamento, que o Livre vai votar favoravelmente, mas que tem estas questões mais de ordem prática, que surgiram no contexto de ter estado a coordenar um grupo de voluntariado que esteve a dar apoio às aldeias. -----

Pedro Domingues (PS) questiona o Presidente da Junta sobre: a iluminação em Telheiras e Telheiras Norte; o tráfego automóvel na Rua Fernando Lopes Graça; a estratégia para aumentar a receita própria da Junta, dado que cerca de 90% do orçamento é absorvido por pessoal e aquisição de bens e serviços, não restando orçamento para implementar nenhum projeto adicional. Solicita esclarecimentos sobre o posicionamento da Junta relativamente à transformação da Calçada de Carriche, bem como sobre o plano de urbanização da Alta de Lisboa e os lotes não incluídos no princípio de acordo entre a Câmara e a SGAL. -----

Ana Paula Santos (CDU) louva a criação da Unidade Local de Proteção Civil e recomenda a criação de uma rede de unidades locais de proteção civil da qual esta possa fazer parte. Questiona se existe um plano de calendarização de necessidades e prioridades para as intervenções da responsabilidade direta da junta, e solicita que, em caso positivo, essa informação possa ser partilhada. Coloca quatro questões: se a junta manifestou junto da Câmara a necessidade de rever a carta educativa; o que sabe sobre o projeto da Quinta dos

Frades; o estado da proposta de desenvolvimento do Lumiar aprovada em setembro de 2025; e os contactos realizados para instalar um centro de saúde no Hospital Militar. Refere que a junta de freguesia pode não ter competência direta sobre todos estes temas, mas tem a responsabilidade de defender os fregueses, de exigir a transparência, de pressionar a Câmara Municipal e o governo e de garantir que o Lumiar não seja tratado como um território secundário dentro da cidade. Declara que a junta tem legitimidade e responsabilidade de liderar estas exigências. -----

Presidente da Junta de Freguesia agradece aos membros da assembleia pelas questões colocadas, confessando que esta mistura de pontos pode levar a alguma repetição quando se estiver a discutir os pontos subsequentes. Em relação às questões levantadas pelo membro da Assembleia João Condesso do Chega, indica que dificilmente encaixam na informação escrita, uma vez que não é possível antecipar que se iriam licenciar 1400 agentes da PSP. Refere que essa questão deixa a todos contentes, mas que já por diversas vezes foi dito ser fundamental que haja um reforço do contingente, quer da PSP, quer da Polícia Municipal, esperando que alguns destes possam integrar as fileiras das forças de segurança, que precisam desta capacidade operacional para corresponder às necessidades. Em relação às várias propostas aprovadas, informou que está a ser feita uma base de dados onde isso esteja compilado e que possa permitir, com toda a transparência, que todas as forças políticas e também os cidadãos acompanhem o andamento das diversas propostas, esperando tê-la disponibilizada em tempo útil. Em relação à questão do desnivelamento, que é uma questão transversal a várias das intervenções, indicou que os esforços feitos têm sido junto da Câmara nesse sentido, referindo que nesse mesmo dia esteve com o senhor vice-presidente da Câmara, onde esse assunto foi tema. Informa que, sem haver propriamente um cronograma muito concreto, a Câmara ficou de avaliar a possibilidade de desde já avançar para o estudo dessa situação e o desenvolvimento de um projeto que possa avançar, carecendo naturalmente da integração de outras entidades, nomeadamente Infraestruturas de Portugal, numa ótica de integração com o cruzamento com o Eixo Norte-Sul, que preferencialmente deveria ter uma solução também integrada. Indica que é nessa ótica que se estará a trabalhar, esperando que durante este mandato se consiga ter o projeto elaborado, considerando difícil conseguir concretizá-lo, mas sendo o projeto algo que considera um horizonte exequível com o qual se está a comprometer. Em relação à questão da associação de moradores do Bairro da Cruz Vermelha, referiu que, tal como todas as outras entidades, existe o regulamento de apoios que está a ser cumprido, tendo já sido possível reunir com as múltiplas entidades,

incluindo a associação de moradores. Indicou que espera que essas situações possam ser resolvidas em termos daquilo que são as iniciativas, sendo que o que é apoiado são iniciativas das diversas coletividades, trabalhando nessa ótica porque o dinheiro é público e tem que ser bem aplicado. Em relação à infraestrutura, mencionou que foi feita a ponte com a GEBALIS, que é a dona do imóvel, estando essa situação a ser enquadrada, esperando que a solução possa ser global e que não volte a haver questões com inundações ou qualquer outro problema na infraestrutura. Em relação à questão das comunicações em emergência, informou que já estão a ser adquiridos equipamentos rádio para operar entre os vários membros da unidade local, existindo já uma articulação e um rádio que permite articular com o Serviço Municipal de Proteção Civil. Acrescentou a informação transmitida pelo senhor secretário de Estado, Silvério Regalado, no sentido de as juntas de freguesia passarem a ter acesso à rádio CIRES, sendo esse um compromisso do governo central que espera possa vir a materializar-se. Menciona que está também a ser trabalhada a identificação de soluções de comunicação descentralizada que, numa ótica de MESH, possam permitir que, mesmo não havendo essa estrutura, todos os cidadãos e todos os intervenientes possam usar essas soluções para conseguir fazer chegar a informação. Indica que, em termos de comunicações, é nisso que se está a trabalhar, naturalmente com mais detalhe quando estiver o plano de proteção civil, que é uma ferramenta fundamental e que será um entregável precisamente da unidade local em articulação com a Câmara Municipal, que é o serviço municipal competente para essa matéria. Em relação ao material, refere que há várias aquisições planeadas, uma delas a das comunicações já mencionada. Informou que já foi adquirido um gerador, aproveitando para assinalar que foi útil também no âmbito da tempestade Kristin, tendo sido mobilizado para a região de Leiria, onde pôde funcionar, tendo, entretanto, já regressado ao Lumiar, sendo um equipamento polivalente e importante do ponto de vista da proteção civil. Refere estar a ser estudada também a possibilidade de, no âmbito das comunicações, se considerar uma solução de comunicação por satélite, eventualmente Starlink ou análoga, que possa dar autonomia nesse sentido. Menciona que está também a ser estudada, no âmbito da comunidade de energia, a possibilidade de haver uma ligação *off the grid*, uma vez que o modelo atual da comunidade de energia renovável permite apenas que a energia seja consumida se ligada à rede, estando a ser trabalhada uma solução autónoma em que, mesmo que a rede não esteja operacional, os painéis possam fornecer o suficiente para abastecer os equipamentos de telecomunicações ou outros que possam ser fundamentais. Em relação aos prazos, indica não existir ainda um cronograma muito estruturado, esperando tê-lo oportunamente. Em relação às questões colocadas por Pedro Roque Domingues, refere que

a iluminação pública esta depende naturalmente da Câmara Municipal de Lisboa, sendo que o que é feito em cada caso individual é precisamente referenciar via GOP junto da Câmara. Indica que existe também interesse em que a Câmara avalie não só a reparação e a substituição das lâmpadas fundidas no território, mas também uma estratégia mais abrangente que vá iluminar zonas que não se trata de uma questão de reparação, mas de não ter iluminação suficiente, e que possa suprir as necessidades. Em relação ao tráfego, refere que nesse mesmo dia esteve com o senhor vice-presidente da Câmara, que tem o pelouro da mobilidade, tendo sido abordadas múltiplas questões, por exemplo a questão da Rainha Dona Amélia, que ainda tem alguns aspetos que têm de ser corrigidos, a questão da Estrada da Torre e a colocação de uma ciclovia que nunca lá esteve. Menciona existir já um entendimento em relação ao projeto, referindo também o que acontece junto da zona central de Telheiras, junto a Mário Chicó, onde vai haver uma intervenção de colocação de ciclovia, a passagem da ciclovia junto ao estádio de Alvalade para bidirecional de um dos lados, libertando a via mais proximal ao estádio, o que vai ser muito importante, por exemplo, para a saída da freguesia na Fernanda Fonseca. Indica que foram abordadas várias questões, as necessidades de acalmia de trânsito um pouco por toda a freguesia, desde o que acontece na Alta de Lisboa, em Telheiras, no Passo do Lumiar, existindo várias áreas em que foi sinalizada precisamente essa necessidade, estando a Câmara neste momento no processo de aquisição de almofadas que permitirão também reduzir a velocidade, transformando-se em lombas. Em relação à questão da habitação e o contrato da SGAL, refere que vai muito além da questão da habitação, e que há uma oferta de habitação feita no âmbito do contrato que havia com a SGAL, que importa agora concluir, havendo diferenças entre aquilo que a SGAL e a Câmara tinham entregue, estando nesse processo de concluir esse acerto. Indicou que depois haverá naturalmente um processo para o resto do plano de urbanização da Alta de Lisboa, que visa precisamente encontrar as melhores soluções. Refere que a Câmara vai ter um mecanismo, sem precisar se é comissão ou tem outra nomenclatura, que permite envolver as múltiplas entidades para identificar o que é fundamental e qual é o caminho a traçar. Indica que essa estrutura terá a participação das juntas de freguesia, nomeadamente da Junta de Freguesia do Lumiar e de Santa Clara, sendo essa a expectativa, e naturalmente encontrar também mecanismos para ouvir as associações de moradores e os cidadãos no sentido de contribuírem para esse processo. Salienta que a questão desta abrangência não se cinge apenas à habitação, tendo um conjunto de equipamentos sociais que estavam previstos e que se quer ver materializados na Alta de Lisboa. Em relação às questões do orçamento, indica que as remeteria para o ponto do orçamento que tem a ver com a questão do peso da receita,

mas que poderão também ser discutidas na prestação de contas. Refere que existe uma preocupação nesse sentido e que se quer maximizar a receita, estando a ser trabalhado, por exemplo, no âmbito do licenciamento, quer das esplanadas, quer dos estabelecimentos comerciais, para reforçar precisamente essa receita. Menciona não ser o território mais expressivo nessa componente do tecido económico, mas que já houve melhorias significativas anteriormente, existindo ainda alguma margem de progressão que se espera explorar, e naturalmente encontrar parcerias com múltiplas entidades que permitam maximizar isso mesmo. Refere que no âmbito do CDC's com a Câmara, a verba de investimento permitirá intervir, por exemplo, na zona da Manuel Valadares, projeto que já está pensado, faltando agora haver a solução que permita financiar, seja com o apoio da Câmara, seja com recurso a operadores privados, o que está a ser pensado para a unidade de higiene urbana que precisa dessa intervenção. Indica que há vários projetos maiores que preocupam e para os quais se irá intervir. Em relação às questões colocadas por Ana Amaro, refere que existe um plano de intervenção no espaço público que é abrangente, indo desde a questão do mobiliário urbano, já tendo sido possível substituir parte dele, nomeadamente os bancos, à questão dos pavimentos, que neste momento está mais ou menos controlada, a questão do espaço verde, com o concurso público internacional a decorrer, e as questões da iluminação, que não dependem tanto da Junta mas mais da Câmara, mas que estão também a ser equacionadas. Indicou que mais do que a manutenção, se pretende encontrar novos espaços de fruição para os fregueses, existindo um défice de estruturas de desporto e de lazer, querendo-se reforçar essa oferta por forma a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Ainda em relação à questão da habitação, agora fora daquilo que diz respeito à SGAL, menciona a cooperativa que vai nascer junto ao estádio José de Alvalade, junto à bomba da Galp, sendo das primeiras cooperativas a ser lançada e constituindo uma oferta importante. Refere que existe naturalmente a oferta dos operadores privados e há também outra oferta no âmbito da Câmara, nomeadamente junto ao Passo do Lumiar, que provavelmente terá habitação a preços acessíveis. Indicou que há estas várias valências que visam resolver um problema que é de facto muito abrangente e que não se resolve apenas com uma intervenção de um tipo, sendo necessário diversificar essas intervenções. Em relação à saúde, refere ser um tema que lhe é próximo, reforçando o que já havia dito sobre a dificuldade de o conseguir fazer. Menciona que o que acontece no Hospital das Forças Armadas tem uma interligação entre várias dimensões, o Ministério da Saúde e o Ministério da Defesa. Indica que existe interesse por parte do Hospital das Forças Armadas, tendo já reunido quer com o anterior diretor, quer com o atual diretor do hospital, de criar lá essa valência que seria útil não só à

população, mas também às Forças Armadas enquanto ferramenta para prestar cuidados, mas também para treinar novos profissionais, nomeadamente na área da medicina geral e familiar para as forças armadas. Refere que existe também a questão de uma unidade de saúde próxima que está a trabalhar ou pretende trabalhar no modelo convencionado, explicando que o modelo convencionado não é criar uma USF, mas criar um modelo que preste cuidados em que os cidadãos usufruem no âmbito do SNS, sendo o pagamento feito apenas pelo Ministério da Saúde, sem diferença para os cidadãos. Indicou tratar-se de um projeto chamado “Centro de Saúde do Lumiar”, sendo um passo que está a ser dado, tendo o concurso do modelo dos convencionados sido aberto há pouco tempo, estando agora a ser debatido e contestado, esperando que se materialize. Acrescentou que existe uma unidade de saúde na Alta de Lisboa que está praticamente vazia, com poucos profissionais, estando a ser trabalhada a implementação de USFs, seja de modelo B, seja de modelo C, que possam suprir as necessidades. Referiu que há estes três eixos de intervenção: o Hospital das Forças Armadas, o modelo convencionado e a criação de USFs para suprir as necessidades da população. Em relação à educação, menciona uma preocupação grande no que diz respeito à reparação dos equipamentos escolares, nomeadamente a escola secundária, que talvez seja o exemplo mais gritante e que espera que, fruto da articulação entre o governo central e a Câmara, possa finalmente avançar. Informa que já houve visitas técnicas no sentido de poder ser feito o projeto de intervenção, esperando que possa agora avançar. Em relação à carta educativa, refere que houve um contributo por parte da Junta, como de resto aconteceu por parte das diversas juntas, no sentido de ela poder ser revista, mais do que a reorganização sobre se uma escola passa para um outro agrupamento, mas a necessidade de ter equipamento que responda às necessidades existentes. Indica que espera que não só a sua aprovação recente no final do ano passado, mas agora a sua implementação no terreno, seja aquilo que é fundamental e que vai dar condições às crianças para usufruírem da melhor forma. Em relação às questões do planeamento, refere ter já aflorado o assunto, tendo muito a ver com as várias dimensões que há para trabalhar em relação à questão do nó do Lumiar. Indicou que já foram desenvolvidos esforços, comprometendo-se a esperar conseguir concluir o projeto durante este mandato e, se possível, lançar desde logo o procedimento para que ele possa ser concretizado, havendo várias dimensões que têm que ser articuladas.

Em relação ao centro de saúde, indica ter já respondido, referindo em concreto que, em relação à exigência de ter médicos de família, estão absolutamente alinhados, sendo que a dificuldade é que não é apenas do Lumiar, mas de todo o país, e particularmente nas regiões metropolitanas, onde existe uma enorme insuficiência de médicos de família. Indica estar

articulado com a questão, referindo que, sendo a pergunta concreta sobre que diligências foram feitas, já foi reunido quer com o Hospital das Forças Armadas, quer com a ULS Santa Maria, nomeadamente com o senhor presidente do conselho de administração. Mencionou que houve uma mudança no diretor clínico dos cuidados de saúde primários, existindo agora uma nova responsável, com quem também se pretende trabalhar no sentido de resolver as várias necessidades existentes. Termina e agradece. -----

Pedro Estrela (PS) refere ter algumas questões para clarificar relativamente à prestação de contas de 2025, querendo dar nota de alguns aspetos. Começando pela demonstração dos resultados, indica haver ali um erro, uma vez que o resultado antes das depreciações é exatamente igual ao de 2024, não estando correto, pois os totais não somam. Sugeriu que, antes de submeter as contas ao Tribunal de Contas, fosse feita a correção ao totalizador. No mesmo sentido, em relação aos fluxos de caixa, referiu que, quando se soma a variação de caixa e equivalentes de caixa ao saldo inicial, não resulta o saldo total, não tendo conseguido confirmar se o saldo inicial está correto ou se há valores nos fluxos que não estão corretos. Indicou que seria importante clarificar esta situação. Acrescenta que, de futuro, o anexo deveria ter um pouco mais de explicações, por estar pouco explicado e não permitir concluir muita coisa pela sua leitura. Relativamente aos gastos com pessoal, refere que, olhando para a demonstração dos resultados, se verifica uma diminuição dos gastos, o que aparentemente conduziria a uma redução nos pagamentos ao pessoal, havendo, contudo, um aumento. Indicou querer perceber o porquê, acreditando que poderão existir alguns valores relativos a prestadores de serviço incluídos, questionando o que justifica esta redução dos gastos com pessoal, mas o aumento dos pagamentos ao pessoal. Nos fluxos de caixa, mencionou que em 2025 não há pagamentos de subsídios, não sabendo se houve alguma alteração de classificação feita em 2025 face a 2024 e, se sim, que deveria estar explicado no anexo, não estando. Indica também que há uma redução dos recebimentos dos contribuintes e um aumento dos recebimentos dos utentes, não sendo claro, parecendo haver duas situações em que as alterações de classificações efetuadas não estão claras, sendo importante clarificá-las. Relativamente aos clientes, referiu acreditar que o SNCAP também obrigaria a incluir a antiguidade das contas a receber para se conseguir entender, informação que não está incluída. Menciona também um aumento dos gastos com os órgãos sociais, passando de 40.000 € para 120.000 €, acreditando que haverá uma explicação, considerando que deveria estar explicado no anexo às contas, sendo esse precisamente o propósito desse documento. Relativamente aos fornecimentos e serviços externos, refere que existe uma explicação,

sendo mencionado que o principal impacto é o aumento da inflação, mas que o aumento dos fornecimentos e serviços externos é de 49%, não sendo bem inflação. Indica que a delegação de competências também justifica parte do aumento, mas que deveria ter um pouco mais de explicação, nomeadamente quanto ao aumento dos honorários em 2025, que também não está explicado. No mesmo sentido, questiona o que são as aquisições, as adições de ativos fixos tangíveis, sendo cerca de 700.000 €, considerando importante explicá-lo. Conclui. ----

O Presidente da Assembleia de Freguesia convida outros membros a intervir, cedendo depois a palavra ao Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta de Freguesia agradece as questões colocadas sobre os documentos, agradecendo desde logo a sinalização dos lapsos. Indicou que serão verificados os somatórios das colunas, sendo o lapso lamentável, agradecendo que assim possam remeter o documento para o Tribunal de Contas já sem esses lapsos. Acolhe a sugestão de ter um anexo que possa ser mais claro para quem não é da área, referindo que o mesmo acontece em relação ao inventário, sendo necessário incluir uma chave para que possa ser mais intuitivo. Indicou ser um caminho assumido há largo tempo e que lá chegarão a ter um orçamento e contas mais inteligíveis. Em relação às várias questões sobre os gastos com pessoal, explica que estas contribuem para a mesma explicação: fruto de saídas por mobilidade e de aposentações, houve um conjunto de pessoas que deixaram o quadro da freguesia do Lumiar e, para manter o nível de serviço, foram contratadas prestações de serviços. Refere que estavam numa fase final do mandato e que lançar concursos não seria o momento ideal, tendo já neste mandato concluído dois concursos que estavam pendentes. Indica que vai haver uma ligeira correção em relação ao que aconteceu em 2025 e que está em processo de identificação das várias necessidades para poder lançar os procedimentos, o que faz com que haja uma redução nos gastos com pagamento aos funcionários e um aumento no pagamento em prestações de serviço. Em relação à questão da antiguidade das contas a receber, indica que será pedido que se possa detalhar isso mesmo, contribuindo para uma maior leitura e transparência do relatório de contas. Em relação à questão dos órgãos sociais, indica acreditar que tem a ver com o que sucedeu em termos eleitorais, sendo a verba utilizada para pagar aos membros da mesa contabilizada nessa rubrica, e que fruto de vários atos eleitorais, acabou por engrossar essa dimensão. Esclarece que não foram recrutados mais nem menos pessoas para os órgãos sociais, como é de lei, acrescentando que irão apurar se efetivamente essa explicação está

correta e farão chegar a resposta por escrito. Refere que esta diferença entre os recursos humanos e mais serviços externos tem a ver com o que já havia dito em relação aos recursos humanos. Em relação à não existência de subsídios numa das rubricas, indica não conseguir nesse momento detalhar o porquê, mas que irão apurar e responder por escrito, tratando-se de uma questão muito concreta, podendo também o contabilista presente dar esse dado em tempo útil. Em relação à questão das aquisições de ativos fixos tangíveis, refere que houve múltiplas intervenções em termos de obra em vários espaços, nomeadamente a UTIL e o Lagar, bem como as viaturas adquiridas, incluindo a varredora, adquirida em 2025, e o autotanque, sendo vários equipamentos que integram essa rubrica, correspondendo às obras e aos veículos. Indicou que já obteve confirmação de que a questão dos órgãos sociais se prende efetivamente com a questão dos membros das mesas, e que em relação às outras questões mais concretas enviará resposta por escrito. Termina e agradece. -----

Presidente da Assembleia de Freguesia agradece as explicações e anunciou a passagem aos pontos seguintes, enumerando o Ponto 5: Relatório sobre o estatuto do direito da oposição; Ponto 6: a apreciação e votação de doação à Junta de Freguesia no âmbito dos benefícios fiscais relativos ao voluntariado por parte dos professores da UTIL; Ponto 7: Aprovação da autorização genérica para cedências de bens perecíveis à Junta de Freguesia do Lumiar; Ponto 8: Regulamento da unidade local de proteção civil da freguesia do Lumiar. Solicitou ao presidente da Junta que fizesse o comentário que achasse necessário sobre estes pontos. -----

Presidente da Junta de Freguesia agradece e passa a comentar os quatro pontos pendentes. Em relação à questão dos benefícios fiscais para os membros da UTIL, refere tratar-se de um documento já trazido anteriormente, tendo a ver com os contributos que os docentes da UTIL deram para as atividades da universidade e que querem ver repercutidos na sua declaração de IRS. Indica que o pedido é que seja aprovado para que possam obter esse benefício. Em relação à aceitação dos bens perecíveis, refere que são recebidas doações de várias entidades que colaboram com o desenvolvimento social da freguesia, no sentido de poder dar mais alimentos, nomeadamente frescos ou enlatados, às pessoas de maior carência económica, sendo esse o pedido para acolher essas doações. Em relação ao estatuto do direito da oposição, refere que é cultivada uma proximidade com as diversas bancadas e uma disponibilidade para reunir e esclarecer o que for necessário, não tendo o relatório grande

inovação, relatando essencialmente o que foi o ano transato. Em relação à unidade local de proteção civil, indica tratar-se da materialização ou formalização de um caminho que já vinha sendo feito, que não começou com a tempestade Kristin nem com outros intempéries do final do ano anterior. Refere que já havia apresentado o projeto anteriormente, tendo sido feita formação aos voluntários de proteção civil em articulação com a Organização Mundial de Saúde, incluindo com o INEM, o Serviço Municipal de Proteção Civil e os bombeiros, existindo já uma equipa de pessoas formada e com um conjunto de competências. Indica que agora se quer materializar, à semelhança do que está a acontecer noutras freguesias, para que com essa formalização se possam dar passos mais seguros no sentido de transformar o Lumiar numa freguesia mais resiliente e mais capaz de responder às múltiplas ameaças que se vão acumulando. Agradece. -----

Presidente da Assembleia de Freguesia agradece e reconhece ter cometido um lapso ao não dar a palavra ao PS antes de avançar para a leitura dos pontos seguintes, pedindo desculpa e abrindo espaço para questões sobre os pontos 5, 6, 7 e 8. -----

Pedro Estrela (PS) indica não ser bem uma questão, mas um esclarecimento, considerando que o tema dos órgãos sociais deveria ficar escrito no relatório e no anexo às contas, pois para quem lê aparenta ser outra coisa do que efetivamente é. -----

Presidente da Assembleia de Freguesia convida os membros a colocar questões sobre os pontos 5, 6, 7 e 8. -----

Pedro Estrela (PS) refere que farão chegar todas as últimas dúvidas por escrito, para que o executivo possa disponibilizá-las, e colocou uma última questão sobre os mapas de pessoal. Indica que o Presidente havia esclarecido que houve prestações de serviço para colmatar necessidades do corpo de funcionários da Junta que ficou incompleto por motivos de aposentação ou de saída, questionando, tendo em conta os mapas de pessoal com uma série de postos por preencher, quantos serão alvo de abertura de concurso em breve e quantos permanecerão por preencher. -----

Presidente da Junta de Freguesia agradece a sugestão, considerando que mais transparência e mais inteligibilidade das contas da Junta beneficia a todos, não querendo ficar com o ónus de ter aumentado de forma significativa as remunerações, que seria a interpretação plausível desse aumento, abrangendo também os membros da assembleia de freguesia. Em relação à questão dos mapas de pessoal, refere que o que está a ser feito, já no passado também, é recorrer à bolsa de emprego público no sentido de colmatar essas necessidades, com sucesso muito limitado. Indica que está a ser ultimada a lista de concursos que se pretende lançar durante este mandato, não conseguindo ainda dar um número concreto, acrescentando que não vão ocupar todo o mapa, não havendo capacidade financeira para o fazer. Refere que a situação é muito limitada do ponto de vista de manobra, não sendo seguramente uma mudança drástica em relação ao mapa de pessoal. Indica que as situações mais perenes da Junta se quer efetivamente reforçar, havendo várias áreas em que isso é notório e em que é necessário um reforço, desde a componente de recursos humanos, a componente jurídica e a fiscalização, sendo áreas chave a reforçar, havendo depois também questões mais concretas e pontuais que serão alvo disso mesmo. -----

Presidente da Assembleia de Freguesia agradece e abre o espaço de questões sobre os pontos 5, 6, 7 e 8. -----

João Taborda (PS) indica ter não questões, mas duas sugestões. Em relação ao ponto seis, sobre a aprovação de doação no âmbito do estatuto de benefícios fiscais da UTIL, propõe alterar o valor dos professores de 15 € para 30 €, considerando mais digno e mais justo. Em relação ao ponto sete, propõe que a autorização prévia fosse mais específica e que explicitasse a finalidade de apoio social, que salvo erro não consta, para garantir um maior rigor e transparência. Agradeceu. -----

Presidente da Assembleia de Freguesia convidou outros membros a intervir. -----

João Condesso (CH) refere ser apenas um pequeno comentário acerca do relatório do estatuto do direito da oposição, lembrando ao executivo que em dezembro foram colocadas questões através de um e-mail com 11 perguntas que não tiveram resposta de acordo com o regimento e a legislação autárquica, que estipula um prazo de 30 dias. Indicou que não houve

resposta, ficando registado que o estatuto do direito da oposição não foi corretamente cumprido. Agradeceu. -----

Presidente da Junta de Freguesia refere estar a tentar apurar junto do contabilista, em relação à questão do aumento dos valores da UTIL, se há ou não repercussão, além da questão da equidade com outros prestadores, que poderá ser difícil de acomodar. Indicou que o princípio parece justo, mas que tem de ser acomodado dentro das outras componentes. Em relação à proposta de clarificação da finalidade a que se destinam os bens perecíveis, indicou não ter oposição a que se clarifique que é para fins de desenvolvimento social, acolhendo essa sugestão e pedindo aos serviços que alterem a proposta nesse sentido para poder ser votada com essa redação. Em relação ao comentário trazido pelo Chega, lamentou a situação, indicando que as respostas chegaram em tempo útil. Sugere que a avaliação do aumento dos valores dos docentes da UTIL fosse feita com mais calma para trazer uma proposta mais fundamentada na próxima assembleia de freguesia, que não dista muito tempo. Indicou que, no limite, se a diferença for substancial para os docentes da UTIL, poderão sempre solicitar a alteração da respetiva declaração de IRS, não sendo o ideal mas podendo ser uma resposta equilibrada face à avaliação que tem de ser feita dessa eventual alteração do valor. -----

Presidente da Assembleia de Freguesia agradeceu a intervenção e, não havendo mais questões, anunciou a passagem à votação. -----

Votações — Período da Ordem do Dia -----

(Os pontos 1 e 2 são de apreciação e não se votam.)

Ponto 3 — Apresentação e votação dos documentos de prestação de contas de 2025

Votos contra: **0**;

Abstenções: **5** - PS (4); CDU (1);

Votos a favor: **12** - PSD (6); CDS-PP (2); LIVRE (1); CH (2); BE (1);

Aprovado por maioria -----

Ponto 4 - Apreciação e votação da primeira revisão ao Orçamento e Opções do Plano para 2026, PPI e PPA, e das Normas de Execução Orçamental -----

Votos contra: **0**;

Abstenções: **5** - PS (4); CDU (1);

Votos a favor: **12** - PSD (6); CDS-PP (2); LIVRE (1); CH (2); BE (1);

Aprovado por maioria -----

Ponto 6 - Apreciação e votação de doação à Junta de Freguesia no âmbito dos benefícios fiscais relativos ao mecenato por parte dos professores da UTIL

Aprovado por unanimidade -----

Ponto 7 - Aprovação da autorização genérica para cedência de bens perecíveis à Junta de Freguesia do Lumiar -----

Aprovado por unanimidade -----

Ponto 8 — Regulamento da Unidade Local de Proteção Civil da Freguesia do Lumiar

Aprovado por unanimidade -----

Aprovação em ata da ata eletrónica -----

Aprovado por unanimidade -----

Presidente da Assembleia de Freguesia esclarece que na próxima assembleia serão votadas as atas da segunda e da terceira sessão, comprometendo-se a enviá-las com antecedência suficiente para que os membros possam analisá-las antes da sessão. Declara encerrada a terceira assembleia de freguesia do quadriénio 2025-2029 às 19h29, agradecendo a todos os membros da assembleia, do executivo e aos trabalhadores da junta a sua disponibilidade e dedicação. -----

E eu, Sofia Henriques Ferreira Teixeira, Técnica Superior da Junta de Freguesia do Lumiar, lavrei a presente Ata, que vai ser assinada por mim, pelo Presidente da Assembleia de Freguesia e pelos restantes membros da Mesa.

A funcionária da Junta de Freguesia do Lumiar

Sofia Henriques Ferreira Teixeira

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia do Lumiar

João Pulido Pereira Freire de Andrade

O 1.º Secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia do Lumiar

Guilherme Gonçalves Sá Machado Duarte

O 2.º Secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia do Lumiar

Daniel Lopes